

Opinião Econômica

Laura Müller Machado

Mestre em Economia Aplicada pela USP, é professora do Insper e foi secretária de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo

banrisul

Nova pesquisa do IBGE pode ajudar a combater a pobreza

Resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares serão divulgados em 27 de novembro

Qual pesquisa domiciliar oferece o retrato mais completo dos recursos de que as famílias mais pobres dispõem no Brasil? Pensemos, por exemplo, em um MEI (Microempreendedor Individual) ou em um trabalhador por aplicativo: as pesquisas captam adequadamente seus rendimentos e as oscilações ao longo do ano? Conhecer essa realidade é essencial para desenhar políticas públicas adequadas às suas necessidades.

Nas últimas décadas, as pesquisas por amostra de domicílios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tornaram-se a principal referência para o diagnóstico de como reduzir a pobreza, sendo utilizadas pela academia, governos e imprensa.

Indicadores de insegurança alimentar e o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, por exemplo, são estimados a partir da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). A importância da pesquisa anual é indiscutível, ocupando lugar central na análise das políticas sociais. No entanto, será que ela oferece um retrato suficientemente abrangente?

A renda que sustenta uma família vai além do dinheiro recebido regularmente. Um alimento produzido para o próprio consumo, a moradia própria que dispensa o pagamento de aluguel e os bens recebidos em doação também atendem a necessidades básicas que, de outra forma, exigiriam dinheiro. Ignorar esses recursos significa deixar de contabilizar parte das condições materiais dos mais pobres.

O mesmo cuidado vale para os rendimentos provenientes do trabalho. O salário habitual de um mês não resume todos os recursos: há também o 13º salário e outros pagamentos esporádicos. A expansão do trabalho por conta própria, inclusive entre MEIs e trabalhadores por aplicativos, reforça a importância de captar rendimentos que podem variar substancialmente de um mês para outro.

O próprio IBGE oferece outra fonte mais detalhada para essa análise: a POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares). Ao investigar minuciosamente o consumo, as despesas e os rendimentos ?monetários e não monetários?, ela permite identificar recursos que uma pesquisa de múltiplos propósitos como a Pnad Contínua não capta com o mesmo detalhamento. No livro "A desigualdade brasileira caiu? Uma nova metodologia", publicado em 2026, Ricardo Paes de Barros e coautores utilizam a POF como ponto de partida para uma mensuração mais abrangente.

A diferença é expressiva. Nos dados de 2017?2018, a renda familiar média mensal por pessoa entre os 10% mais pobres era de R$ 96 na Pnad e de R$ 217 na POF, mais que o dobro. Entre os 25% mais pobres, os valores eram de R$ 217 e R$ 364, respectivamente, 68% maior na POF. Os valores estão expressos a preços de julho de 2018.

Essas diferenças mostram quanto a escolha da fonte modifica o diagnóstico. A Pnad tem uma vantagem fundamental: permite acompanhar anualmente as mudanças do país. Já a POF, prevista para ser realizada a cada cinco anos, permite examinar com mais detalhe os recursos das famílias.

Essa discussão é especialmente oportuna: em 27 de novembro, o IBGE divulgará os primeiros resultados da POF 2024?2025. A nova edição representa uma oportunidade para atualizar o diagnóstico das condições materiais de vida dos brasileiros.

É preciso aproveitar melhor a complementaridade entre a Pnad e a POF e considerar a compatibilização de suas informações para obter melhores estimativas de renda. Captar os ganhos irregulares do trabalho, assim como o autoconsumo, as doações e o aluguel imputado, ajuda a identificar necessidades que pedem respostas diferentes.

Para parte desses trabalhadores, o apoio mais adequado pode ser a qualificação profissional, a intermediação de emprego ou a orientação para melhorar sua atividade produtiva, e não necessariamente uma transferência como o Bolsa Família. Para outros, ambos podem ser necessários. Partir da melhor informação disponível permitirá uma melhor política social.



Invest RS e BEE4 lançam programa voltado a pequenas e médias empresas

/ DESENVOLVIMENTO

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

A Invest RS e a BEE4 lançaram, nesta terça-feira, o programa Rota Fácil RS, edital que irá premiar pequenas e médias empresas no Rio Grande do Sul com maior potencial de atrair investidores no mercado de capitais. Serão três vencedoras que receberão subsídio para listagem e emissão de debêntures. O anúncio das empresas selecionadas está marcado para o South Summit Brazil 2027.

Trata-se da segunda edição do Rota Fácil, promovido pela BEE4, agora focado no Estado. É importante ressaltar que as empresas não precisam ser de origem gaúcha, e sim ter sua operação situada no Rio Grande do Sul.

As empresas selecionadas receberão assessoria jurídica, auditoria contábil e suporte de estruturação, como a transição para Sociedade Anônima e governança, para ficarem totalmente aptas a emitir títulos de dívida no mercado de capitais. O primeiro colocado terá a garantia de 100% da sua emissão comprada logo no início.

As debêntures são títulos de dívida emitidos por uma empresa, que passam a ser comercializados no mercado de capitais. Os investidores adquirem o título com base na capacidade de pagamento da empresa. Para os empreendedores, o método é uma alternativa em vez de recorrer ao empréstimo bancário, captando recursos diretamente no mercado através da emissão das debêntures para financiar seu crédito e expansão.

A explicação é do diretor de Gestão Corporativa da Invest RS, Rodrigo Ribeiro. "É uma iniciativa pioneira de incentivo às médias e pequenas empresas para ingressarem no mercado de capitais. O fundo vai permitir que as interessadas sejam ancoradas, ou seja, o Estado pode comprar até 40% da emissão de dívidas", completa.

Com R$ 300 milhões aportados pela Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. (Cadip), vinculada à Secretaria da Fazenda, o Fundo Fácil RS atua como investidor âncora, adquirindo até 40% das debêntures emitidas por companhias gaúchas no Regime Fácil, com limite de R$ 30 milhões por operação. Tanto a Invest quanto a BEE4 irão atuar ativamente ao lado da empresa para buscar compradores privados para a fatia restante de 60%.

O presidente do Conselho da BEE4, Rodrigo Fiszman, disse que o objetivo fundamental da companhia é democratizar o acesso ao mercado de capitais para pequenas e médias empresas. Também destacou que o Rota Fácil RS é o primeiro programa regional do Brasil a utilizar a nova regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), oferecendo às contempladas assessoria jurídica, auditoria contábil e suporte de estruturação para captação de recursos.

INVEST RS/DIVULGAÇÃO/JC



Iniciativa busca incentivar ingresso no mercado de capitais, diz Ribeiro

Para se inscrever no programa, a empresa precisa ter faturamento anual de R$ 10 milhões a R$ 500 milhões, ser uma S.A. ou Ltda disposta a se tornar S.A. e ter sede no Rio Grande do Sul. As inscrições do Rota Fácil RS são gratuitas e vão de 24 de novembro a 28 de fevereiro. Tudo é feito em um único formulário online, com os dados como nome da empresa, e-mail, CNPJ e faturamento, e um vídeo de apresentação do negócio de até três minutos.